



RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO

2º Semestre de 2023

ELABORAÇÃO

Amadeu Carminati Neto
Controlador Interno

AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS

Diretoria Executiva

Beatriz de Lourdes N. Borlina Bernardi
Diretora de Previdência e Atuária

Douglas Henrique Municelli
Diretor Administrativo-Financeiro

Marcos André Breda
Diretor-Presidente

Paulínia-SP
19/03/2024



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE DE 2023

Prezada Diretoria Executiva,

Encaminho o relatório de controle interno do segundo semestre de 2023, o qual tem por objetivo demonstrar as principais atividades realizadas durante todo o exercício, em observância aos artigos 31, 70 e 74 da Constituição Federal, artigos 34 e 37 da Lei Orgânica do município, bem como ao anexo II da Lei Complementar municipal nº 73/2020.

As análises se guiaram pelo planejamento constante no plano de ação e de auditoria interna aprovado para 2023, e tiveram como base critérios de materialidade e relevância presentes em sua matriz de risco, assim como solicitações da diretoria executiva.

A síntese das principais ocorrências encontram-se no resumo a seguir, cujos detalhes podem ser verificados nos tópicos correspondentes do presente relatório.



RESUMO À DIRETORIA EXECUTIVA

RECOMENDAÇÕES:

- Nos processos de adiantamento envolvendo o deslocamento de servidores, fazer constar da requisição de recursos o nome de todos aqueles que participarão do deslocamento; **(item 1.2)**
- Em relação às despesas com alimentação sob regime de adiantamento, emitir um cupom fiscal para cada servidor, no intuito de permitir a individualização dos gastos. **(item 1.2)**
- Segregar, nas próximas avaliações atuariais, os recursos da reserva administrativa dos ativos garantidores do plano de benefícios. **(item 3.1)**
- Solicitar à consultoria atuarial esclarecimentos sobre os desvios de 27% e 11% observados em relação às despesas previstas para 2023 nas avaliações atuariais datas-base 31/12/2021 e 31/12/2022, respectivamente. **(item 3.2)**
- Desenvolver camadas adicionais de segurança no sistema de processamento da folha de pagamento, para impossibilitar alterações no valor de vencimentos e proventos sem dupla confirmação. **(item 6.2)**
- Realizar audiência pública anual com segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial. **(item 7)**

ALERTAS:

- Em 2023, as despesas previdenciárias consumiram recursos da carteira de investimentos em montante próximo às receitas dos aportes para cobertura do déficit atuarial, praticamente anulando os efeitos destes para a acumulação de recursos para cobertura do plano de benefícios. **(item 4.2)**
- Custo do plano de benefícios concedidos crescendo em ritmo muito superior às reservas para o plano de benefícios: 20% a.a. contra 6% a.a., respectivamente. **(item 5.2)**

OPORTUNIDADES DE MELHORIA:

- Em licitações ulteriores, que os respectivos editais sejam publicados com mais antecedência, de forma a permitir sucessivas republicações até a data do certame, visando a atrair maior número de interessados e aumentar a competição, possibilitando melhores condições de contratação; ademais, a depender do vulto da licitação, que seja avaliada a possibilidade de publicação em jornais de abrangência regional. **(item 1.1)**



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTENO
2º SEMESTRE DE 2023

- *Nos processos de suprimento de fundos, dimensionar as reais necessidades antes de liberar os recursos, para evitar movimentações financeiras desnecessárias; (item 1.2)*
- *Elaborar, semestralmente, Relatório de Diligências, contendo as verificações e análises descritas no Manual Pró-Gestão, e disponibilizá-lo no portal da transparência junto aos demais relatórios de investimentos. (item 7)*

META DE GESTÃO NÃO ATINGIDA:

- *Variação das despesas judiciais em índice inferior a 25% do previsto no orçamento. (item 8.15)*



1. ÁREA ADMINISTRATIVA

1.1. COMPRAS, LICITAÇÕES E CONTRATOS

No exercício de 2023, foram verificados diversos processos de licitação, contratação direta e aditamentos de contrato.

Em relação às licitações, o pregão presencial para locação de impressoras e scanners (pregão 03.2023) logrou apenas um participante. Na análise processual, observou-se que a publicidade do certame ocorreu nos estritos termos da Lei nº 8.666/93, isto é, uma única publicação. Em, razão disso, visando a aumentar a competição em futuras contratações, é salutar que em licitações ulteriores os respectivos editais sejam publicados com mais antecedência e sucessivas vezes até a data do certame; ademais, a depender do vulto da licitação, que seja avaliada a possibilidade de publicação em jornais de abrangência regional.

Em relação à contratação direta de empresa de hospedagem e manutenção do website e e-mail corporativo (dispenda de licitação nº 31/2023), a análise prévia do termo de referência revelou que a dotação orçamentária que seria utilizada não era a mais apropriada, conforme plano de contas do TCE-SP, razão pela qual foi sugerida a alteração da dotação orçamentária especificada no termo de referência para outra mais apropriada. A sugestão foi acatada pela comissão de licitação e pelo departamento financeiro.

Em relação às demais contratações e aditamentos analisados, houve algumas recomendações de ordem formal, como, por exemplo, solicitação de juntada ao processo de certidões negativas, de nota de reserva de dotação orçamentária e de declaração de que a contratada cumpre o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal. Todas atendidas pela comissão de licitação.

Oportunidade de melhoria:

- *Em licitações ulteriores, que os respectivos editais sejam publicados com mais antecedência, de forma a permitir sucessivas republicações até a data do certame, visando a atrair maior número de interessados e aumentar a competição, possibilitando melhores condições de contratação; ademais, a depender do vulto da licitação, que seja avaliada a possibilidade de publicação em jornais de abrangência regional.*



1.2. PROCESSOS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Em relação aos processos de adiantamento de recursos, observou-se que, em razão da promulgação da Lei municipal nº 4.271/2023, bem como do Decreto nº 8.456/2023, que trouxeram novos parâmetros para utilização desse regime no município, havia a necessidade de revisar o manual interno sobre o tema.

Tal providência foi realizada por esta controladoria.

O novo manual, devidamente atualizado, foi divulgado à diretoria executiva e disponibilizado no site do instituto no mês seguinte à publicação do referido decreto.

Também na seara da normatização, realizou-se a análise da C.I. nº 22/2023, da procuradoria jurídica do instituto, a qual visava parametrizar as despesas com viagens de servidores no interesse da autarquia. Da análise do documento, percebeu-se que grande parte das situações ali previstas já eram abrangidas pelo regulamento do regime de adiantamento em vigor, restando parametrizar somente a transferência eletrônica e o uso de veículo próprio em viagens.

Em vista disso, foi recomendada a utilização da faculdade prevista no artigo 24 do Decreto nº 8.456/2023 para regulamentar esses itens. Tal recomendação resultou na publicação Portaria nº 21, de 09 de janeiro de 2024, a qual estabeleceu, no âmbito do instituto, normas complementares ao regime de adiantamento.

Na análise dos processos em si, verificou-se que, em 2023, foram adiantados R\$ 26.708,23, dos quais R\$ 9.638,23 foram utilizados e R\$ 17.070,00 foram devolvidos. Ou seja, 64% dos recursos saíram sem necessidade dos cofres da autarquia.

Em razão disso, como oportunidade de melhoria, foi sugerido ao departamento financeiro aprimorar seus mecanismos de planejamento para que haja um melhor dimensionamento das reais necessidades no momento de liberar os recursos.

Além disso, visando a facilitar e individualizar a análise da regularidade e modicidade dos gastos, sobretudo nos processos em que há deslocamento de servidores, recomendou-se fazer constar da requisição de recursos o nome de todos aqueles que participarão do deslocamento, e, em relação às despesas com alimentação, emitir cupom fiscal individualizado para cada servidor.

Recomendações:

- *Nos processos envolvendo o deslocamento de servidores, fazer constar da requisição de recursos o nome de todos aqueles que participarão do deslocamento;*
- *Em relação às despesas com alimentação, emitir um cupom fiscal para cada servidor, no intuito de permitir a individualização dos gastos.*



Oportunidade de melhoria:

- *Dimensionar as reais necessidades antes de liberar os recursos, para evitar movimentações financeiras desnecessárias;*

1.3.PATRIMÔNIO E ALMOXARIFADO

Por ocasião de conferência do patrimônio, ocorrida em junho/2023, verificou-se que um hd externo, adquirido em fevereiro/2023, no valor de R\$ 540,00, não havia sido incorporado ao patrimônio da autarquia.

Informado sobre o ocorrido, o setor responsável fez a incorporação, sob o número de patrimônio 5020.



2. ÁREA DE ARRECAÇÃO

Não houve ocorrências envolvendo as contribuições previdenciárias, parcelamentos e aportes para cobertura do déficit atuarial.

Em relação à compensação previdenciária, houve suspensão dos repasses por parte do RGPS entre setembro e dezembro/2023, resultando em um saldo acumulado a receber de R\$ 4.642.607,33 no fim do exercício.

Conforme informado pelo departamento financeiro desta autarquia, a suspensão ocorreu por erros formais no recolhimento de tributos previdenciários por parte da Câmara Municipal de Paulínia: recolhimento por meio de Guia de Previdência Social (GPS), em vez de Documento de Arrecadações de Receitas Federais (DARF), repercutindo na certidão negativa de débitos do município, pré-requisito para o pagamento da compensação financeira pelo RGPS, nos termos do § 3º do art. 11 do Decreto nº 10.188, de 20 de dezembro de 2019.

As pendências fiscais foram regularizadas no mês de novembro e os repasses foram restabelecidos em janeiro de 2024, com o repasse ordinário do mês mais o saldo acumulado em razão da suspensão.

Cabe ressaltar que servidores do departamento financeiro do Pauliprev prestaram auxílio técnico à Câmara Municipal, contribuindo para a resolução do problema e regularização dos repasses.



3. ÁREA ATUARIAL

3.1. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DA AVALIAÇÃO ATUARIAL (DRAA)

Na análise do DRAA 2023, data-base 31/12/2022, encaminhado à Secretaria de Previdência, foram identificadas duas imprecisões de ordem formal:

1. Divergência na lei indicada no campo “*plano de benefícios*”: LC nº 17/2001, em vez de LC nº 18/2001;
2. No campo referente às contribuições, a contribuição total a cargo do ente federativo indicava 16%, em vez de 14%.

Ambas imprecisões foram corrigidas pela consultoria responsável pela elaboração do demonstrativo, após questionamentos do controle interno.

Além delas, também foi verificada uma imprecisão de ordem material: os recursos da *reserva administrativa* não foram segregados dos recursos dos “*ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios*” contrariando dispositivo da Portaria MTP nº 1.467/2022.

“ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios: somatório dos recursos provenientes das contribuições, das disponibilidades decorrentes das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo RPPS, e dos bens, direitos, ativos financeiros e ativos de qualquer natureza vinculados, por lei, ao regime, destacados como investimentos, conforme normas contábeis aplicáveis ao setor público, **excluídos os recursos relativos ao financiamento das despesas administrativas** do regime e aqueles vinculados aos fundos para oscilação de riscos e os valores das provisões para pagamento dos benefícios avaliados em regime de repartição de capitais de cobertura.” (Portaria MTP nº 1.467/2022, anexo VI, art. 2º, inciso IV)

Aletarda sobre o ocorrido, a consultoria atuarial se comprometeu a realizar a segregação desses ativos a partir da avaliação atuarial data-base 31/12/2023.

Cabe destacar que os recursos das reservas administrativas, apesar de não segregados, não representavam, em 31/12/2022, percentual significativo dos ativos garantidores dos compromissos do plano de benefícios, conforme segue.

Ativos garantidores	R\$ 1.456.521.008,63	
Reserva administrativa	R\$ 2.388.039,96	0,16%

Recomendação:

- Segregar, nas próximas avaliações atuariais, os recursos da reserva administrativa dos ativos garantidores do plano de benefícios.



3.2. PROJEÇÕES ATUARIAIS

A receita arrecadada e a despesa executada, em 2023 foram as seguintes.

Receita previdenciária	Despesa previdenciária	Saldo previdenciário
R\$ 308.983.783,52	R\$ 227.366.976,00	R\$ 81.616.807,52

Ao se comparar esses valores com as cinco últimas projeções atuariais para o exercício em análise, tem-se o seguinte resultado.

Data-base DRAA	Receita		Despesa		Saldo Financeiro	
31/12/2022	R\$ 291.595.582,55	94%	R\$ 204.234.421,85	90%	R\$ 87.361.160,70	107%
31/12/2021	R\$ 267.875.958,91	87%	R\$ 178.586.400,81	79%	R\$ 89.289.558,10	109%
31/12/2020	R\$ 313.032.915,35	101%	R\$ 230.915.695,01	102%	R\$ 82.117.220,34	101%
31/12/2019	R\$ 133.019.678,93	43%	R\$ 207.501.226,15	91%	-R\$ 74.481.547,22	-91%
31/12/2018	R\$ 154.802.912,26	50%	R\$ 175.901.294,53	77%	-R\$ 21.098.382,27	-26%

Verifica-se que as duas projeções mais distantes não se mostraram boas previsoras do resultado, sobretudo em relação às receitas. Entretanto, cabe ressaltar que no ano de 2020 houve a alteração das alíquotas de contribuição dos servidores e patronal de 11% para 14%, bem como iniciaram-se os efeitos da Lei nº 3738/2019, que estabeleceu o atual plano de amortização do déficit técnico atuarial. Fatos que impactaram, positivamente, as receitas dos exercícios seguintes.

A avaliação atuarial data-base 31/12/2020 provou-se a mais acertada de todas, inclusive em relação às duas mais recentes.

A despesa previdenciária observada em 2023 superou em 27% e 11%, respectivamente, o montante previsto nas avaliações atuariais datas-base 31/12/2021 e 31/12/2022, valores não desprezíveis, dada a proximidade da avaliação.

Certamente o reajuste geral de 12% concedido ao funcionalismo municipal em 2023, muito acima da inflação, contribuiu para esses desvios, haja vista que aproximadamente 60% dos beneficiários do regime seguem a regra da paridade. Contudo, é salutar verificar, com o auxílio da citada consultoria atuarial, se as demais premissas utilizadas para o crescimento das despesas estão se confirmando.

Recomendação:

- *Solicitar à consultoria atuarial esclarecimentos sobre os desvios de 27% e 11% observados em relação às despesas previstas para 2023 nas avaliações atuariais datas-base 31/12/2021 e 31/12/2022, respectivamente.*



4. ÁREA FINANCEIRA

4.1. ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL

Durante o monitoramento das despesas do exercício, causou estranheza o fato de no mês de agosto não ter havido lançamento de verbas no subelemento 37 (gratificação por tempo de serviço), haja vista tratar-se de vantagem de caráter permanente.

Informado sobre a ocorrência, o departamento financeiro identificou que as referidas verbas haviam sido escrituradas, de forma equivocada, sob a rubrica 43 (13º salário), e efetuou os lançamentos corretivos no mês seguinte àquela competência.

Dessa forma, a identificação tempestiva do problema permitiu sua rápida resolução, impedindo que a inconformidade se estendesse até o fim do exercício.

4.2. EQUILÍBRIO FINANCEIRO

O saldo financeiro, considerando todas as receitas e despesas do exercício, ficou positivo em **R\$ 85.070.797,07**, aproximadamente 27% da receita total.

Receita arrecadada	R\$ 318.874.649,20	100%
Despesa realizada	R\$ 233.803.852,13	73%
Saldo financeiro	R\$ 85.070.797,07	27%

Ao se detalhar receitas e despesas, tem-se o que segue.

RECEITAS	
Contribuições previdenciárias	R\$ 129.939.928,84
Contribuições administrativas	R\$ 9.890.865,68
Aportes para o déficit atuarial	R\$ 79.895.644,91
Remuneração dos investimentos	R\$ 78.614.630,76
Compensação previdenciária	R\$ 9.995.453,11
Parcelamentos e convênios	R\$ 8.756.752,54
Operacionalização da folha de pagamento	R\$ 1.773.884,26
Restituições	R\$ 6.089,10
Receitas de serviços	R\$ 1.400,00
Receita total	R\$ 318.874.649,20

DESPESAS	
Despesas previdenciárias	R\$ 227.366.976,00
Despesas administrativas	R\$ 6.436.876,13
Despesa total	R\$ 233.803.852,13



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE 2023

Conforme se observa, as receitas e despesas administrativas perfizeram **R\$ 9.890.865,68** e **R\$ 6.436.876,13**, respectivamente.

Excluindo-as do saldo financeiro, uma vez que possuem finalidade exclusivamente administrativa, chega-se ao seguinte resultado.

Receita arrecadada	R\$ 308.983.783,52
Despesa realizada	R\$ 227.366.976,00
Saldo financeiro	R\$ 81.616.807,52

Consoante tabelas anteriores, da receita arrecadada, **R\$ 79.895.644,91** correspondem aos aportes para cobertura do déficit atuarial, receita que só poderá ser utilizada a partir de 2028¹. Subtraindo-se esse montante, o saldo financeiro se reduz para **R\$ 1.721.162,61**.

Saldo financeiro	R\$ 81.616.807,52
(-) Aportes para o déficit atuarial	R\$ 79.895.644,91
Saldo financeiro	R\$ 1.721.162,61

Além disso, dos **R\$ 78.614.630,76** recebidos a título receita de remuneração dos investimentos, **R\$ 7.410.185,52** correspondem à remuneração de títulos adquiridos com recursos dos aportes para cobertura do déficit atuarial, e, por esta razão, foram direcionados ao fundo de investimento reservado para receber tais recursos (*FIC FI BB Previdenciário Renda Fixa Referenciado DI Longo Prazo*) e também devem obediência ao lapso temporal de cinco anos para sua utilização.

Ao se excluir esse montante do saldo financeiro, observa-se um déficit de **R\$ 5.689.022,91** no exercício.

Saldo financeiro	R\$ 1.721.162,61
(-) Remuneração de recursos dos aportes	R\$ 7.410.185,52
Saldo financeiro	-R\$ 5.689.022,91

Dessa forma, excluídos os recursos dos aportes para cobertura do déficit atuarial, *as despesas previdenciárias consumiram não só todas as demais receitas do exercício, incluído nesse montante o fluxo de remunerações da carteira de investimentos², impedindo que tais recursos fossem reinvestidos no mercado financeiro, como também outros 5,6 milhões de seu patrimônio líquido³.*

¹ Portaria MTP nº 1467/2022, art. 55, § 8º, inciso III.

² R\$ 71.204.445,24 (R\$ 39.626.475,55 de cupons de juros de NTN-Bs, excluído o montante referente às aquisições com recursos dos aportes para o déficit atuarial, + R\$ 31.577.969,69 em ganhos de capital de NTN-Bs vencidas e fundos de investimento resgatados).

³ Uma vez que o PL da carteira cresceu R\$ 142.740.134,53 em 2023, esse crescimento teria sido de R\$ 148.429.157,44, não houvesse déficit.



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTENO
2º SEMESTRE 2023

Em suma.

Receitas totais 2023	R\$ 318.874.649,20
(-) <i>Receitas administrativas</i>	R\$ 9.890.865,68
	R\$ 308.983.783,52
(-) <i>Aportes para o déficit atuarial</i>	R\$ 79.895.644,91
	R\$ 229.088.138,61
(-) <i>Remuneração referente a aportes de exercícios anteriores</i>	R\$ 7.410.185,52
	R\$ 221.677.953,09
(-) <i>Despesas previdenciárias</i>	R\$ 227.366.976,00
	-R\$ 5.689.022,91
(-) <i>Remuneração dos investimentos</i>	R\$ 71.204.445,24
	-R\$ 76.893.468,15

Assim, se de um lado os aportes para cobertura do déficit atuarial foram um vetor de crescimento das reservas para cobertura do plano de benefícios, de outro o déficit financeiro previdenciário atuou em sentido contrário, praticamente anulando seus efeitos.

<i>Aportes para o déficit atuarial</i>	R\$ 79.895.644,91 ↑
<i>Déficit financeiro previdenciário⁴</i>	R\$ 76.893.468,15 ↓

Alerta:

- *Em 2023, as despesas previdenciárias consumiram recursos da carteira de investimentos em montante próximo às receitas dos aportes para cobertura do déficit atuarial, praticamente anulando os efeitos destes para a acumulação de recursos para cobertura do plano de benefícios.*

⁴ Coberto pelo fluxo de cupons de juros dos títulos públicos (R\$ 39.626.475,55) + ganhos de capital (R\$ 31.577.969,69) + recursos oriundos do PL da carteira (R\$ 5.689.022,91).



5. ÁREA DE INVESTIMENTOS

5.1. DESEMPENHO DA CARTEIRA

A rentabilidade da carteira de investimentos do Pauliprev, em 2023, apurada pela variação de seu montante no fim do exercício, em relação ao valor observado no fim do exercício anterior, isto é, utilizando-se a fórmula $(VF-VI) / VI^5$, foi de **9,86% a.a.**, conforme segue.

$$(R\$ 1.589.859.899,20 - R\$ 1.447.119.764,67) / R\$ 1.447.119.764,67 = 9,86\%$$

Com essa metodologia, a rentabilidade auferida foi superior à meta atuarial, que exigia **9,78% a.a.** de rentabilidade.

Entretanto, essa forma de cálculo reflete não só a *performance* da carteira, mas a *performance* da carteira associada à capacidade da autarquia de reter receitas, tendo em vista que seu cálculo não leva em consideração os efeitos das entradas e saídas de recursos.

É possível fazer uma análise mais acurada de seu desempenho utilizando a *Money-Weighted Rate of Return* (MWRR), isto é, “taxa de retorno ponderada pelo dinheiro”, a qual revela a taxa de crescimento da carteira de investimentos considerando todos os fluxos monetários de aplicações e resgates. Nessa fórmula de cálculo, encontramos a taxa de retorno que iguala o valor presente de todos os fluxos de caixa provenientes do investimento com a saída inicial⁶.

Utilizando essa metodologia, temos o seguinte resultado.

Fluxo monetário mensal⁷:

0	-R\$ 1.447.119.764,67
1	-R\$ 3.627.957,61
2	-R\$ 430.186,05
3	-R\$ 2.802.009,99
4	-R\$ 2.603.540,99
5	-R\$ 1.505.103,53
6	-R\$ 2.503.429,99
7	-R\$ 1.169.339,70
8	-R\$ 1.849.882,49
9	R\$ 5.268.703,03
10	-R\$ 791.054,73
11	-R\$ 552.132,87
12	R\$ 1.599.028.109,50
MWRR	0,76% a.m.
	9,57% a.a.

⁵ VI = Valor Inicial.

VF = Valor Final.

⁶ Bodie, Z.VI; Kane, A.; Marcus, A.J. **Investimentos**. Tradução: Beth Honorato. Revisão técnica: Samy Dana.10. Ed. Porto Alegre: AMGH, 2015. 732 p.

⁷ Valores negativos = aplicações; valores positivos = resgates. Considerou-se o saldo líquido mensal de aplicações menos resgates. O saldo do período 12 corresponde ao saldo final da aplicação em 31/12/2023 + o saldo líquido de aplicações e resgates do mês de dezembro.



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE 2023

Conforme se observa, o retorno da carteira ponderado pelo dinheiro foi de **0,76% a.m.**, equivalente a **9,57% a.a.**

Para fins de exemplificação, caso a carteira Pauliprev fosse um título de renda fixa com rentabilidade mensal constante de 0,76% a.m., teríamos os seguintes fluxos mensais.

Mês	Saldo inicial	Juros	Aporte	Resgate	Saldo Final
0	-	-	-	-	R\$ 1.447.119.764,67
1	R\$ 1.447.119.764,67	R\$ 11.059.167,88	R\$ 3.627.957,61	R\$ 0,00	R\$ 1.461.806.890,16
2	R\$ 1.461.806.890,16	R\$ 11.171.409,72	R\$ 430.186,05	R\$ 0,00	R\$ 1.473.408.485,93
3	R\$ 1.473.408.485,93	R\$ 11.260.071,35	R\$ 2.802.009,99	R\$ 0,00	R\$ 1.487.470.567,27
4	R\$ 1.487.470.567,27	R\$ 11.367.536,48	R\$ 2.603.540,99	R\$ 0,00	R\$ 1.501.441.644,74
5	R\$ 1.501.441.644,74	R\$ 11.474.306,15	R\$ 1.505.103,53	R\$ 0,00	R\$ 1.514.421.054,41
6	R\$ 1.514.421.054,41	R\$ 11.573.497,29	R\$ 2.503.429,99	R\$ 0,00	R\$ 1.528.497.981,69
7	R\$ 1.528.497.981,69	R\$ 11.681.075,88	R\$ 1.169.339,70	R\$ 0,00	R\$ 1.541.348.397,28
8	R\$ 1.541.348.397,28	R\$ 11.779.281,23	R\$ 1.849.882,49	R\$ 0,00	R\$ 1.554.977.561,00
9	R\$ 1.554.977.561,00	R\$ 11.883.437,93	R\$ 0,00	-R\$ 5.268.703,03	R\$ 1.561.592.295,89
10	R\$ 1.561.592.295,89	R\$ 11.933.989,00	R\$ 791.054,73	R\$ 0,00	R\$ 1.574.317.339,63
11	R\$ 1.574.317.339,63	R\$ 12.031.236,24	R\$ 552.132,87	R\$ 0,00	R\$ 1.586.900.708,73
12	R\$ 1.586.900.708,73	R\$ 12.127.400,77	R\$ 0,00	-R\$ 9.168.210,30	R\$ 1.589.859.899,20

Esta metodologia é mais precisa para avaliar a *performance* da gestão dos ativos porque revela a taxa de retorno efetiva do período, com base no fluxo de aplicações e resgates.

Contudo, para uma análise ainda mais acurada dos resultados alcançados pela gestão, é mister ter em mente que o portfólio do Pauliprev é composto por:

- a) *ativos ilíquidos*: aplicações antigas que há muitos anos não recebem novos aportes e cujos esforços da gestão *se resumem a realizar diligências visando à recuperação de recursos*; e
- b) *ativos líquidos*: os quais de fato estão aptos a receber aplicações ou realizar resgates, *conforme a discricionariedade da gestão*.

Em razão disso, para uma justa análise da performance da carteira, é recomendável segregá-la e se concentrar apenas em sua parte líquida.

CARTEIRA PAULIPREV ⁸				
	31/12/2022		31/12/2023	
Líquidos	R\$ 1.273.361.445,58	88%	R\$ 1.441.544.124,50	91%
Ilíquidos	R\$ 173.758.319,09	12%	R\$ 148.315.774,70	9%
	R\$ 1.447.119.764,67		R\$ 1.589.859.899,20	

Portanto, doravante, todas as análises vão se referir somente aos 91% da carteira que de fato são objeto das decisões de alocação de recursos.

⁸ Conforme se observa, os recursos com liquidez representavam 88% da carteira ao fim de 2022, percentual que se elevou para 91% ao fim de 2023.



Fluxo monetário mensal

0	-R\$ 1.273.361.445,58
1	-R\$ 4.239.654,03
2	-R\$ 1.908.558,86
3	-R\$ 3.100.468,95
4	-R\$ 2.618.841,21
5	-R\$ 1.508.158,96
6	-R\$ 4.751.319,31
7	-R\$ 1.738.157,47
8	-R\$ 4.779.421,72
9	R\$ 5.159.548,38
10	-R\$ 808.706,10
11	-R\$ 972.609,44
12	R\$ 1.446.958.594,09
MWRR	0,94% a.m.
	11,83% a.a.

Conforme se observa, a carteira composta exclusivamente por ativos líquidos obteve rentabilidade de **0,94% a.m.**, isto é, **11,83% a.a.**

Para efeitos de comparação, se a metodologia utiliza fosse a fórmula tradicional $(VF-VI) / VI$, o resultado seria **13,21% a.a.**⁹, pois consideraria como rentabilidade o saldo positivo de aplicações menos resgates¹⁰.

A rentabilidade de **11,83% a.a.** superou em 2,05 pontos percentuais a meta atuarial. Por esse prisma, pode-se dizer que a alocação de recursos foi eficiente.

Contudo, essa análise pode ser um pouco mais aprofundada, utilizando-se, para tanto, o Índice de Sharpe, que avalia não só a rentabilidade isoladamente, mas a rentabilidade ajustada ao risco incorrido.

$$\text{Índice de Sharpe (IS)} = (R_{cp} - TLR) / DP^{11}$$

O ativo considerado livre de risco no Brasil são as Letras Financeiras do Tesouro (LFTs), cuja rentabilidade, apurada pelo índice IMA-S da ANBIMA¹², foi de **13,25% a.a.**, em 2023.

Isso significa que foi possível obter **13,25% a.a.** de rentabilidade sem correr riscos.

A volatilidade da carteira foi de 1,15%, consoante tabela a seguir.

⁹ $(R\$ 1.441.544.124,50 - R\$ 1.273.361.445,58) / R\$ 1.273.361.445,58 = 0,13207$

¹⁰ O saldo foi positivo em R\$ 15.851.878,08. Excluindo esse montante do saldo final, tem-se rentabilidade de 11,96%. Porém, essa forma de cálculo não captura a rentabilidade dos saldos distribuídos ao longo dos meses, razão pela qual a rentabilidade mostrada pela MWRR (11,83%) é mais precisa.

¹¹ Rcp = Retorno carteira Pauliprev

TLR = Taxa livre de risco

DP = Desvio padrão, métrica utilizada para medir a volatilidade dos ativos, conhecido como risco de mercado.

¹² Disponível em: www.anbima.com.br/pt_br/informar/precos-e-indices/indices/ima.htm



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTENO
2º SEMESTRE 2023

	Saldo Inicial	Aporte	Saldo Final	Varição ¹³
Janeiro	1.273.361.445,58	R\$ 4.239.654,03	1.298.240.317,10	1,62%
Fevereiro	1.298.240.317,10	R\$ 1.908.558,86	1.288.478.141,36	-0,90%
Março	1.288.478.141,36	R\$ 3.100.468,95	1.296.065.873,35	0,35%
Abril	1.296.065.873,35	R\$ 2.618.841,21	1.311.090.619,36	0,96%
Mai	1.311.090.619,36	R\$ 1.508.158,96	1.333.987.081,82	1,63%
Junho	1.333.987.081,82	R\$ 4.751.319,31	1.365.998.953,24	2,04%
Julho	1.365.998.953,24	R\$ 1.738.157,47	1.383.343.408,25	1,14%
Agosto	1.383.343.408,25	R\$ 4.779.421,72	1.380.335.258,69	-0,56%
Setembro	1.380.335.258,69	-R\$ 5.159.548,38	1.382.140.038,81	0,50%
Outubro	1.382.140.038,81	R\$ 808.706,10	1.378.902.375,79	-0,29%
Novembro	1.378.902.375,79	R\$ 972.609,44	1.419.190.984,67	2,85%
Dezembro	1.419.190.984,67	-R\$ 5.414.469,59	1.441.544.124,50	1,96%
			Volatilidade	1,15%

Utilizando esses números na fórmula do Índice de Sharpe, chega-se ao seguinte valor.

$$IS = (R_{cp} - TLR) / DP$$

$$IS = (11,83 - 13,25) / 1,15$$

$$IS = -1,42 / 1,15$$

$$\mathbf{IS = -1,23}$$

Assim, tem-se que para cada 1 ponto percentual de risco adicional à taxa livre de risco, houve redução de 1,23 ponto percentual na rentabilidade¹⁴. Ou seja, a adição de risco à carteira reduziu sua rentabilidade, ao invés de aumentá-la.

A carteira de mercado, representada pelo índice Ibovespa, teve o seguinte comportamento, no mesmo período.

Ibovespa/2023		
31/12/2022	109.734,60	
31/01/2023	113.430,54	3,37%
28/02/2023	104.931,93	-7,49%
31/03/2023	101.882,20	-2,91%
30/04/2023	104.431,63	2,50%
31/05/2023	108.335,07	3,74%
30/06/2023	118.087,00	9,00%
31/07/2023	121.942,98	3,27%
31/08/2023	115.741,81	-5,09%
30/09/2023	116.565,17	0,71%
31/10/2023	113.143,67	-2,94%
30/11/2023	127.331,12	12,54%
31/12/2023	134.185,24	5,38%
Retorno anual		22,28% a.a.
Volatilidade		5,79%
IS		1,56

¹³ Para encontrar a variação, os valores da coluna aporte foram subtraídos do saldo final.

¹⁴ TLR = retorno: 13,25%; risco: 0%;

Carteira Pauliprev = retorno: **11,83%**; risco: 1,15%

IS = -1,23

-1,23 × 1,15 = -1,42

-1,42 + 13,25 = **11,83**

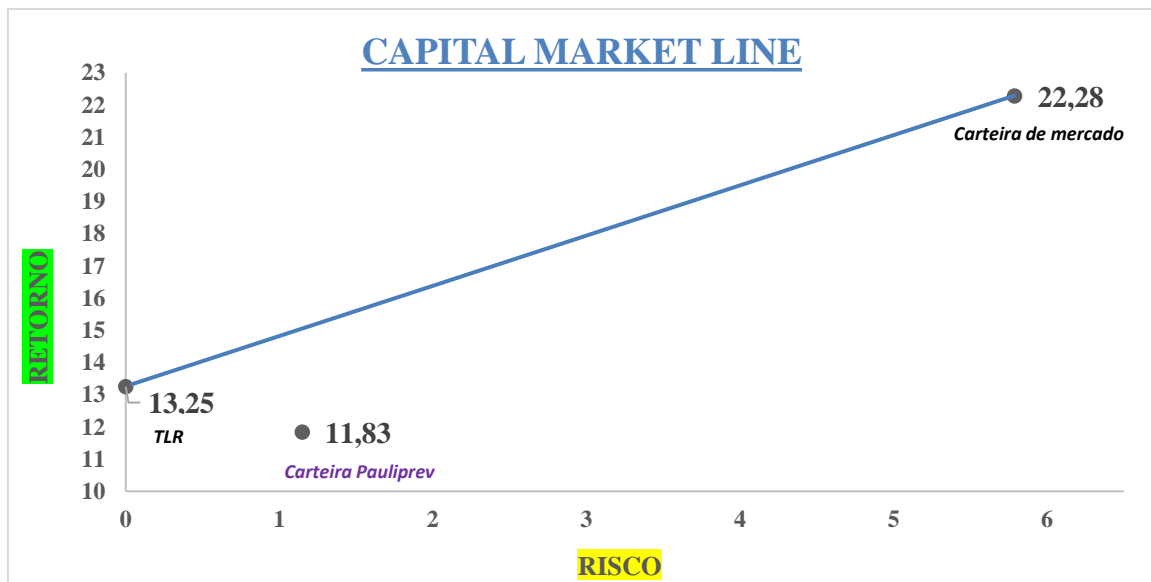


Conforme se observa, para a carteira de mercado, a cada ponto percentual de risco adicionado, o retorno aumentou 1,56 ponto percentual ($1,56 \times 5,79 + 13,25 = 22,28$).

De posse desses dados, é possível traçar a *Capital Market Line* (CML) e verificar se a carteira Pauliprev foi eficiente do ponto de vista da Moderna Teoria do Portfólio.

Segundo essa teoria, uma alocação eficiente, com 100% aplicado em ativos de risco, deveria retornar 22,28%, em 2023. Caso se optasse por aplicar 100% em ativos livres de risco, o retorno teria de ser de 13,25%.

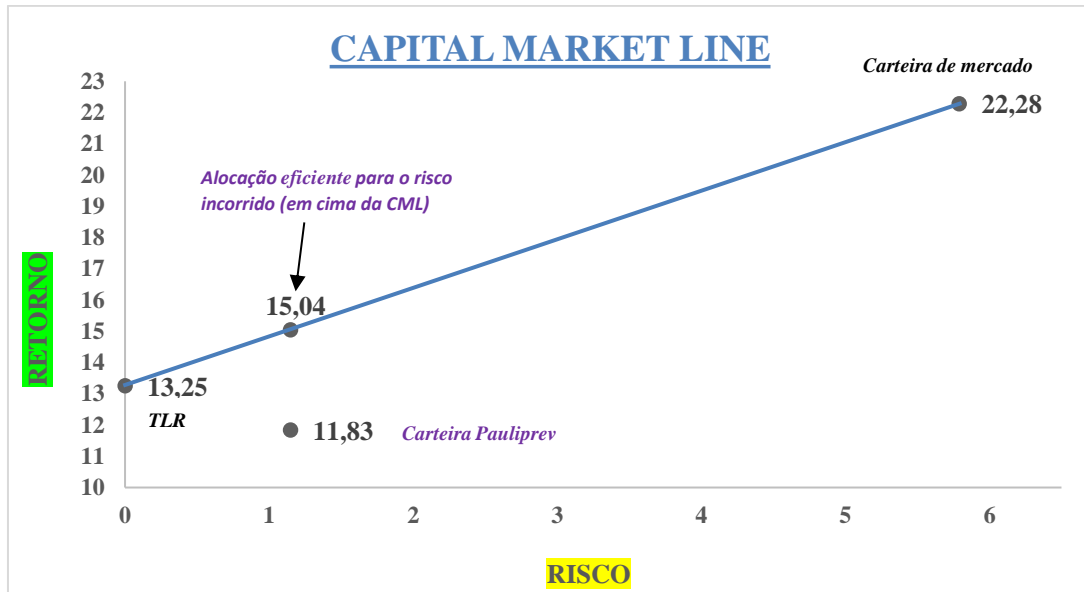
Qualquer aplicação intermediária, parte com risco e parte sem risco, para ser considerada eficiente, teria de estar posicionada sobre a CML. Conforme imagem a seguir, não foi o caso da carteira Pauliprev.



Sabendo que todos os pontos sobre a CML possuem Índice de Sharpe equivalente, é possível calcular o retorno exigido (RE) para o nível de risco incorrido, conforme segue.

$$\begin{aligned} 1,56 &= (\text{RE} - 13,25) / 1,15 \\ 1,56 * 1,15 &= \text{RE} - 13,25 \\ \text{Re} &= 1,79 + 13,25 \\ \text{RE} &= \mathbf{15,04\%} \end{aligned}$$

Ou seja, do ponto de vista da Moderna Teoria do Portfólio, a carteira Pauliprev deveria ter obtido retorno de **15,04%**, para ser considerada eficiente.



Na análise do risco x retorno, todos os pontos abaixo da CML indicam alocações não eficientes.

Seguindo com as análises, com vistas a uma visão mais abrangente da carteira, ela foi decomposta da seguinte forma:

- a) Reserva Administrativa: fundo atrelado à conta corrente dos recursos relacionados às despesas administrativas;
- b) Conta corrente previdenciária: fundo atrelado à conta corrente dos recursos relacionados às despesas previdenciárias;
- c) Aportes para o déficit atuarial: fundo destinado a receber os recursos dos aportes para o déficit atuarial;
- d) Carteira NTN-B: carteira composta pela totalidade de títulos públicos indexados à inflação;
- e) Fundos Renda Fixa: conjunto de fundos que aplicam no seguimento renda fixa (excluídos os anteriores);
- f) Fundos Renda Variável: conjunto de fundos que aplicam no seguimento renda variável.

Ao realizar os cálculos anteriores para cada segmento, obteve-se os seguintes resultados¹⁵.

Ativo	Rentabilidade	Volatilidade	Índice de Sharpe	Retorno exigido
Reserva Administrativa	14,99%	0,17%	10,12	13,52%
Aportes para o déficit atuarial	13,93%	0,14%	4,86	13,47%
Fundos renda fixa	14,35%	0,54%	2,03	14,10%
Conta Corrente Previdenciária	14,06%	0,59%	1,38	14,17%
Fundos renda variável	16,65%	6,06%	0,56	22,71%
Carteira NTN-B	10,56%	0,29%	-9,17	13,71%

¹⁵ Memórias de cálculo anexas a este relatório.



Verifica-se que, do ponto de vista da Moderna Teoria de Portfólio, as alocações mais eficientes, isto é, aquelas com obtiveram relação risco x retorno acima da CML foram o fundo atrelados à *reserva administrativa*, o fundo atrelado aos *aportes para cobertura do déficit atuarial* e conjunto de *fundos renda fixa*. Esses fundos tiveram retorno acima do exigido para o nível de risco incorrido.

Os *fundos renda variável* auferiram alta rentabilidade, embora abaixo do retorno exigido para o nível de risco ao qual foram expostos.

O pior desempenho ficou por conta da carteira NTN-B, que, em razão de sua alta representatividade (57% da carteira), limitou o desempenho de seu conjunto, que, conforme visto anteriormente, auferiu rentabilidade de **11,83%**, no exercício.

Olhando prospectivamente, na tentativa de acrescentar alguma contribuição, ainda que singela, para o processo decisório da autarquia, tem-se o que segue.

A meta de rentabilidade para 2024 é de 4,93% + IPCA, ou seja, 4,93% de retorno real anual, ou 0,4% ao mês, sem alteração em relação a 2023.

O retorno do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em janeiro/2024 foi de 0,97%, contra IPCA de 0,42%. Portanto, o retorno real do CDI ficou em 0,55% no primeiro mês do ano, número que representa retorno real anualizado de 6,80%, ou seja, 1,87 p.p. acima da meta.

A projeções para o fim de 2024 mostram um retorno médio anualizado de 10% para o CDI, ao passo que a inflação projetada é de 3,81%, com retorno real para 5,96%, ainda 1,03 p.p. acima da meta de rentabilidade.

Tendo em vista que o *fundo destinado aos recursos dos aportes para o déficit atuarial* é referenciado do DI, ou seja, tem como objetivo replicar o retorno do CDI, continuar vertendo esses recursos para esse fundo provavelmente será suficiente para que essa parte da carteira atinja a meta de rentabilidade. Contudo, dado o cenário de queda de juros, é necessário acompanhar se o spread entre CDI e inflação permanecerá acima da meta de rentabilidade durante todo o exercício.

Considerando que o fundo da *reserva administrativa* também é referenciado ao DI, vale o mesmo raciocínio do parágrafo anterior.

Da mesma forma, os recursos excedentes da *conta corrente previdenciária*, referenciado ao DI, podem ser mantidos nesse fundo, aliando liquidez e perspectiva de retorno acima da meta, sem necessidade de direcionar esses recursos para outras aplicações, enquanto o spread do CDI para inflação se mantiver acima de 4,93% a.a. ou 0,4% a.m.

Quanto ao conjunto dos demais *fundos renda fixa*, cuja relação risco x retorno em 2023 ficou bem próxima à *conta corrente previdenciária*, mas cujo volume de recursos está em patamar muito superior, não se vislumbra necessidade de novos aportes.



Em relação aos *fundos renda variável*, o cenário de queda de juros tende a atrair mais recursos para esse segmento, com potencial de beneficiar essa fatia da carteira. Por outro lado, considerando que 22% do total dos ativos líquidos já estão alocados nesse segmento, a segunda maior participação do portfólio, e tendo em vista a baixa previsibilidade inerente ao segmento, não se vislumbra, por ora, razões para novos aportes.

No que tange às *NTNBs*, não obstante ter sido a fatia da carteira menos rentável em 2023, trata-se de investimento que atende aos princípios da segurança, proteção e prudência inscritos no inciso I do parágrafo único do art. 6º da Lei nº 9.717/98, com garantia de rentabilidade acima da meta atuarial, ao longo de vários exercícios, e proteção contra os efeitos da inflação. Por essas características, trata-se de ativo bastante indicado para fins previdenciários, desde que o casamento entre os ativos e passivos da autarquia permita sua manutenção até o vencimento. Do contrário, estará sujeito à volatilidade da marcação a mercado, conforme oscilações nas expectativas para a taxa básica de juros da economia.

No momento, as taxas de retorno oferecidas por esses títulos ainda estão em patamares atrativos, por volta de 5,5% a.a. + IPCA, e muito próximas ao CDI, cuja projeção de spread para inflação é de 5,96%. Dessa forma, a decisão de aumento da exposição a esse ativo é mais questão de necessidades de liquidez e menos de rentabilidade: ao alocar em CDI, garante-se liquidez futura, mas não rentabilidade; ao alocar em NTN-Bs, garante-se rentabilidade futura, mas perde-se em liquidez.

Por fim, considerando o fluxo financeiro do exercício de 2023, no qual as despesas previdenciárias consumiram todas as receitas de contribuições, parcelamentos e remuneração dos investimentos, conforme item 4.2 deste relatório, fato que possivelmente se repetirá em 2024, as decisões de alocação de recursos, provavelmente, limitar-se-ão ao destino a ser dado aos recursos dos aportes para cobertura do déficit atuarial e à decisão sobre a manutenção das posições do início do exercício ou o rebalanceamento da carteira.



5.2. RELAÇÃO RESERVAS x CUSTO DOS BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Uma vez que o patrimônio líquido da carteira de investimentos corresponde à reserva de recursos para o plano de benefícios, é salutar comparar seu crescimento ao longo dos exercícios em relação ao crescimento da despesa mensal com os benefícios concedidos, e verificar como essa relação está evoluindo.

	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2023
PL Carteira Pauliprev	R\$ 1.322.436.871,50	R\$ 1.330.817.656,86	R\$ 1.447.119.764,67	R\$ 1.589.859.899,20
Reserva administrativa	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 2.388.039,96	R\$ 6.495.268,13
Reserva para o plano de benefícios	R\$ 1.322.436.871,50	R\$ 1.330.817.656,86	R\$ 1.444.731.724,71	R\$ 1.583.364.631,07
Aposentadorias (custo mensal)	R\$ 10.145.244,29	R\$ 11.529.742,97	R\$ 14.478.330,71	R\$ 17.539.011,96
Pensões (custo mensal)	R\$ 621.242,16	R\$ 753.923,49	R\$ 880.440,69	R\$ 1.072.464,46
Custo mensal com benefícios concedidos	R\$ 10.766.486,45	R\$ 12.283.666,46	R\$ 15.358.771,40	R\$ 18.611.476,42
Índice de cobertura (meses)	123	108	94	85

Conforme evidenciado na tabela acima, a reserva para o plano de benefícios, em 31/12/2020, correspondia a 123 meses do custo dos benefícios concedidos. Em 31/12/2023, esse número caiu para 85 meses, queda de 31% em três anos.

Esse declínio demonstra a disparidade na velocidade do crescimento deles, enquanto as reservas cresceram 20% no período, o custo acelerou 73%.

De forma anualizada, o ritmo de crescimento das reservas foi de 6% a.a., ao passo que o aumento do custo mensal com benefícios concedidos foi de 20% a.a.

Alerta:

- *Custo do plano de benefícios concedidos crescendo em ritmo muito superior às reservas para o plano de benefícios: 20% a.a. contra 6% a.a., respectivamente.*



6. ÁREA DE BENEFÍCIOS

6.1. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS

Na análise amostral, verificou-se que para dois benefícios concedidos a segurados que também eram beneficiários do Instituto de Previdência de Campinas (Camprev) não foram expedidos ofícios alertando este sobre a concessão de benefício mais vantajoso por parte do Pauliprev, para aplicação do disposto no § 1º do artigo 24 da EC 103/2019.

Avisado das ocorrências, o departamento previdenciário procedeu ao envio dos referidos ofícios.

6.2. REAJUSTES DOS PROVENTOS DE APOSENTADORIA E PENSÃO

Na análises dos reajustes dos proventos de aposentadoria e pensão, verificou-se uma imprecisão em uma aposentadoria pela regra da paridade. O reajuste concedido pelo Poder Executivo municipal foi de 12% (Lei nº 4.264/2023), porém, em um caso em específico, esse percentual foi lançado em duplicidade (12% + 12%), resultando em um reajuste de 25,44% (1,12 x 1,12).

Avisado da ocorrência, o departamento de pessoal corrigiu o lançamento. Além disso, apurou que ocorreu uma falha do sistema de pagamentos, que, ao executar uma simulação dos reajustes, em vez de desconsiderar todos lançamentos efetuados, após a simulação, o sistema reteve o reajuste para a segurada em questão.

Em vista disso, é recomendável que sejam criadas camadas adicionais de segurança no sistema de folha de pagamento, como, por exemplo, mensagens de confirmação de reajustes lançados, impedimento de que seja realizada mais de uma alteração de provento por exercício, salvo se autorizado por login especial (dupla confirmação), ou outras a serem sugeridas pelo próprio departamento de pessoal ou pela empresa detentora do software.

Cabe ressaltar que, em termos monetários, a diferença mensal lançada a maior foi de R\$ 754,58, restituída aos cofres da autarquia no exercício seguinte. Portanto, a identificação tempestiva desta ocorrência evitou gastos indevidos da ordem de R\$ 9.800,00 por ano.

Recomendação:

- *Desenvolver camadas adicionais de segurança no sistema de processamento da folha de pagamento, para impossibilitar alterações no valor de vencimentos e proventos sem dupla confirmação.*



7. PRÓ-GESTÃO

Tendo em vista a proximidade do vencimento da certificação Pró-Gestão Nível II, obtida em 09 de fevereiro de 2021, e a necessidade de passar por nova auditoria de certificação, foram realizadas, em 2023, diversas análises e conferências dos requisitos para manutenção da certificação, confrontando-se o Manual Pró-Gestão com a realidade da autarquia.

Esse cotejo revelou a necessidade de algumas ações para melhorar a aderência do instituto ao programa, quais sejam:

- Mapear o processo de cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos. *Item 3.1.1 do Manual Pró-Gestão;*
- Manualizar o processo de cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos; *Item 3.1.2 do Manual Pró-Gestão;*
- Adequação do Código de Ética Pauliprev, visto que não continha Missão, Visão e Valores da autarquia. *Item 3.2.4 do Manual Pró-Gestão;*
- Realizar, periodicamente, no prazo máximo de 04 anos, a revisão dos benefícios de aposentadoria por incapacidade permanente, para verificação da continuidade das condições que ensejaram a concessão do benefício. *Item 3.2.5 do Manual Pró-Gestão;*
- Elaboração de *Asset and Liability Management (ALM)*, para demonstrar a compatibilidade do passivos com o ativos do instituto. *Item 3.2.6 do Manual Pró-Gestão.*
- Elaboração de relatórios semestrais de diligências, para verificação dos ativos que compõem o patrimônio dos fundos de investimentos. *Item 3.2.6 do Manual Pró-Gestão.*

Diante desse diagnóstico, as seguintes medidas foram tomadas:

- O processo de cobrança de débitos de contribuições em atraso do ente federativo e dos servidores licenciados e cedidos foi mapeado pela controladoria interna;
- Foi elaborado um Manual de Arrecadação, contendo os processos de cobrança de débitos e contribuições em atraso pelo ente federativo e dos servidores cedidos e licenciados, também pela controladoria interna;
- O Código de Ética Pauliprev foi reformulado pela controladoria interna, fazendo dele constar a Missão, Visão e Valores da autarquia, os quais foram aprovados pela diretoria executiva;
- A revisão dos benefícios foi implementada pela diretoria de previdência e atuária, por intermédio da C.I. nº 66, de 19 de setembro de 2023;
- O ALM foi providenciado pelo departamento financeiro;



- Em relação ao relatório semestral de diligências, a departamento financeiro entendeu que as atas de reunião do comitê de investimentos supriam as exigências do manual pró-gestão.

Tais ações preventivas propiciaram a renovação da certificação com 100% de conformidade e sem necessidade de follow up documental, gerando economia de 20% do valor total previsto no contrato celebrado com a empresa certificadora.

Por outro lado, mesmo considerando 100% atendidas as exigências para obtenção da certificação, o auditor teceu algumas oportunidades de melhorias, dentre as quais, destacam-se:

- *Deixar claro dentro das atas de reunião ordinária do comitê de investimentos, as análises e inserções que estão relacionadas aos relatórios de diligência, destacando os itens solicitados no Manual Pró-Gestão do RPPS; e*
- *O instituto Pauliprev poderia organizar outros eventos presenciais com um intuito mais educativo e aberto para toda a população de forma a promover a educação previdenciária e colocar em discussão também os temas solicitados neste item (Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial).*

Em relação ao relatório de diligências, o auditor entendeu que é preciso organizar as informações requisitadas pelo pró-gestão em tópico específico, dentro das atas do comitê de investimentos.

Alternativamente, esta controladoria entende que o item seria mais bem atendido com a elaboração de relatório específico, contendo as informações e diligências requisitadas para o nível de aderência, sendo disponibilizado no portal da transparência junto aos demais relatórios de investimentos.

A recomendação sobre eventos presenciais está relacionada ao item 3.3.2 do Manual Pró-Gestão, que prevê a realização de audiência pública anual com segurados, representantes do ente e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.

Nesse caso, ainda que as reuniões mensais do conselho administrativo, transmitidas ao vivo, atendam todas as exigências para certificação, faz-se necessário um evento presencial anual, de caráter educativo, voltado para toda a população.

Recomendação:

- *Realizar audiência pública anual com os segurados, representantes do ente federativo (Poder Executivo e Legislativo) e a sociedade civil, para exposição e debates sobre o Relatório de Governança Corporativa, os resultados da Política de Investimentos e da Avaliação Atuarial.*



Oportunidade de melhoria:

- *Elaborar, semestralmente, Relatório de Diligências, contendo as verificações e análises descritas no Manual Pró-Gestão, e disponibilizá-lo no portal da transparência junto aos demais relatórios de investimentos.*



8. RESULTADOS DAS METAS DE GESTÃO

8.1. IMPLEMENTAR TODAS AS MEDIDAS SUGERIDAS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

Na avaliação atuarial data-base 31/12/2022, a conclusão do relatório foi pela manutenção do plano de financiamento do passivo atuarial em vigor, sem nenhuma providência adicional.

Considerando que o plano de financiamento instituído pela Lei nº 3.738/2019 foi integralmente cumprido, com repasses totais de R\$ 79.895.644,91 no exercício, considera-se a meta atingida.

8.2. GARANTIR O RECEBIMENTO INTEGRAL E TEMPESTIVO DE TODAS AS RECEITAS

Conforme informado no item 2 deste relatório, não houve ocorrências relativas à contribuições, aportes e parcelamentos.

Em relação à suspensão dos repasses do comprev, tendo em vista que esta ocorreu por motivos alheios ao instituto, conforme informado pela diretoria executiva, e que tais repasses foram restabelecidos, a partir de janeiro/2024, considera-se o item cumprido.

8.3. RENTABILIDADE DA CARTEIRA IGUAL OU SUPERIOR À META ATUARIAL

A meta estabelecida para o exercício foi obter 4,93% de retorno acima da inflação. Dado que a inflação acumulada em 2023 foi de 4,62%, obtêm-se o retorno estipulado com rentabilidade a partir de 9,78%.

Tendo em vista que a carteira de investimentos auferiu 9,86% de retorno, *com as ressalvas do item 6.1 deste relatório*, considera-se a meta cumprida.

8.4. ENQUADRAMENTO DENTRO DOS PARÂMETROS DA RESOLUÇÃO nº 4963/2021

O enquadramento da carteira de investimentos esteve dentro dos parâmetros da Resolução CMN nº 4.963/2021, ao longo de todo o exercício.

Enquadramento Legal - Resolução 4963/2021	Limite	dez/22	fev/23	abr/23	jun/23	ago/23	out/23	dez/23
Artigo 7º, III, a: Fundos renda fixa em geral.	70%	7,19%	8,66%	8,95%	10,43%	11,93%	11,81%	11,03%
Artigo 7º, I, b: Fundos referenciados em títulos públicos	100%	7,43%	7,87%	8,08%	9,70%	10,04%	10,12%	10,14%
Art 7, I, a: Títulos públicos do tesouro nacional	100%	56,90%	56,43%	56,94%	53,18%	52,13%	52,99%	51,66%
Artigo 7º, V, b: Fundos renda fixa crédito privado	10%	0,24%	0,24%	0,23%	0,22%	0,23%	0,22%	0,21%
Artigo 7º, V, a: Cotas sênior de FDIC	10%	2,14%	2,06%	2,00%	1,79%	1,72%	1,68%	1,63%
Artigo 10º, Inciso I: Cotas FIM e cotas FIC/FIM	10%	2,42%	2,06%	1,99%	1,89%	1,87%	1,87%	1,79%
Artigo 11: FII presença 60% pregões 12 meses anteriores.	10%	1,77%	1,73%	1,71%	1,69%	1,63%	1,60%	1,54%
Artigo 10, II: FIPs (que atendam requisitos governança)	5%	2,94%	2,92%	2,87%	2,60%	2,58%	2,59%	2,49%
Artigo 8º, I: Fundos de ações	40%	18,97%	18,03%	17,23%	18,49%	17,88%	17,13%	19,51%



8.5. REDUÇÃO EM 10% DO ESTOQUE DE PROCESSOS DE BENEFÍCIOS CONCEDIDOS COM APONTAMENTO PELO TCE-SP ✔

Em 31/12/2022, havia um estoque de 148 processos de benefícios concedidos aguardando julgamento pelo TCE-SP. Em 31/12/2023, esse número foi reduzido para 35, queda de 76%.

Meta cumprida. ✔

8.6. DESPESAS ADMINISTRATIVAS INFERIORES A 90% DO LIMITE LEGAL ✔

DESPESAS ADMINISTRATIVAS 2023	
(A) Remuneração segurados 2022	R\$ 674.153.110,67
(B) Limite percentual	2%
(C) Limite monetário (A x B)	R\$ 13.483.062,21
(D) Custo administrativo no exercício	R\$ 6.436.876,13
Percentual da remuneração (D÷A)	0,95%
Percentual do limite monetário (D÷C)	47,74%

Meta cumprida.

8.7. DESTINAÇÃO DISTINTA DAS DEMAIS PARA OS APORTES PARA O DÉFICIT ATUARIAL ✔

A receita de aportes para cobertura do déficit atuarial totalizaram R\$ 79.895.644,91, em 2023.

Nesse mesmo período, foram aplicados R\$ 87.305.830,43 no fundo de investimento BB Previdência, o qual se destina a receber esses recursos. Desse montante, R\$ 79.895.644,91 são oriundos dos repasses de 2023 e R\$ 7.410.185,52 se referem a cupons de juros de títulos públicos adquiridos com recursos de aportes de exercícios anteriores.

Meta cumprida.

8.8. ENVIO À SPREV DE TODOS OS DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DENTRO DO PRAZO ✔

DAIR			
Competência	Data limite	Data de envio	Situação
dez/22	31/01/2023	26/01/2023	ok
jan/23	28/02/2023	16/02/2023	ok
fev/23	31/03/2023	28/03/2023	ok
mar/23	30/04/2023	28/04/2023	ok
abr/23	31/05/2023	29/05/2023	ok
mai/23	30/06/2023	26/06/2023	ok
jun/23	31/07/2023	27/07/2023	ok
jul/23	31/08/2023	30/08/2023	ok
ago/23	30/09/2023	28/09/2023	ok
set/23	31/10/2023	27/10/2023	ok
out/23	30/11/2023	28/11/2023	ok
nov/23	31/12/2023	19/12/2023	ok
dez/23	31/01/2024	29/01/2024	ok

DIPR			
Competência	Data limite	Data de envio	Situação
6º bimestre 2022	31/01/2023	30/01/2023	ok
1º bimestre 2023	31/03/2023	31/03/2023	ok
2º bimestre 2023	31/05/2023	26/05/2023	ok
3º bimestre 2023	31/07/2023	28/07/2023	ok
4º bimestre 2023	30/09/2023	29/09/2023	ok
5º bimestre 2023	30/11/2023	29/11/2023	ok
6º bimestre 2023	31/01/2024	31/01/2024	ok

DPIN			
Competência	Data limite	Data de envio	Situação
2024	31/12/2023	20/12/2023	ok

DRAA			
Data-base	Data limite	Data de envio	Situação
31/12/2022	31/03/2023	26/03/2023	ok

Meta cumprida.



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE 2023

8.9. AUDESP: ENVIO DE DOCUMENTOS OBRIGATÓRIOS DENTRO DO PRAZO ESTABELECIDO EM ÍNDICE SUPERIOR A 90% 

	Quant. solicitada	Quant. entregue	Quant. no prazo	% dentro do prazo
Fases I e II	89	89	83	93%
Fase III	82	82	78	95%
Total	171	171	161	94%

Meta cumprida.

Obs.: Os documentos entregues em atraso se devem, em grande parte, à implementação, no início de 2023, do Sistema Único e Integrado de Execução Orçamentária, Administração Financeira e Controle (Siafic).

Documentos entregues com atraso:

Fase	Tipo de Documento	Prazo	Data da Entrega	Dias de atraso
III	Resumo Mensal da folha de pagamento	15/02/2023	23/02/2023	8
I e II	Relatório de Atividades	06/03/2023	08/03/2023	2
I e II	BALANCETE-ISOLADO-CONTA-	15/03/2023	23/03/2023	8
I e II	BALANCETE-ISOLADO-CONTA-	15/03/2023	23/03/2023	8
I e II	IEG-Prev	31/03/2023	01/04/2023	1
I e II	BALANCETE-ISOLADO-CONTA-	20/04/2023	25/04/2023	5
I e II	BALANCETE-ISOLADO-CONTA-	20/04/2023	25/04/2023	5
III	Lotação de agente público (declaração)	15/05/2023	24/05/2023	9
III	Resumo Mensal da folha de pagamento	15/05/2023	16/05/2023	1
III	Folha ordinária	15/05/2023	16/05/2023	1

8.10. ARRECADAÇÃO DE RECEITAS EM ÍNDICE SUPERIOR A 90% DA ESTIMADA NA LOA 

Especificação	Valor Orçado	Valor Realizado	%
Contribuição do Servidor Civil Ativo - Prefeitura	R\$ 65.000.000,00	R\$ 63.479.612,88	98%
Contribuição do Servidor Civil Ativo - Câmara	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.376.198,71	138%
Contribuição do Servidor Civil Ativo - Paulínia Previ	R\$ 400.000,00	R\$ 481.359,49	120%
Contribuição do Servidor Civil Ativo - Servidores Cedidos	R\$ 60.000,00	R\$ 32.979,78	55%
Contribuição do Servidor Civil Ativo - Servidor Ativo em Auxílio Doença	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0%
Contribuição do Servidor Civil Inativos - Prefeitura	R\$ 6.000.000,00	R\$ 8.719.463,89	145%
Contribuição do Servidor Civil Inativos - Câmara	R\$ 130.000,00	R\$ 210.400,56	162%
Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Prefeitura	R\$ 140.000,00	R\$ 176.281,13	126%
Contribuição do Servidor Civil Pensionistas - Câmara	R\$ 2.000,00	R\$ 11.349,65	567%
Contribuição oriunda de processos judiciais - Servidor Civil Ativo	R\$ 0,00	R\$ 3.020,85	-
Remuneração dos Recursos do RPPS - Títulos Públicos	R\$ 50.000.000,00	R\$ 61.078.672,38	122%
Remuneração dos Recursos do RPPS - Dividendos	R\$ 180.000,00	R\$ 0,00	0%
Remuneração dos Recursos do RPPS - Resgates Aplicações	R\$ 18.000,00	R\$ 17.535.958,38	97422%
Remuneração dos Recursos do RPPS - Fundo Taxa Administração	R\$ 100.000,00	R\$ 0,00	0%
Cessão do Direito de Operacionalização de Pagamentos	R\$ 0,00	R\$ 1.773.884,26	-
Outros Serviços - Principal	R\$ 1.000,00	R\$ 1.400,00	140%
Restituição de Benefícios Previdenciários - Principal	R\$ 0,00	R\$ 6.089,10	-
Compensações Financeiras entre o RGPS e os RPPS - Principal	R\$ 10.700.000,00	R\$ 9.995.453,11	93%
Contribuição patronal de servidor ativo - Prefeitura	R\$ 65.000.000,00	R\$ 63.479.612,83	98%
Contribuição patronal de servidor ativo - Câmara	R\$ 1.000.000,00	R\$ 1.376.198,71	138%
Contribuição patronal de servidor ativo - Paulínia Previ	R\$ 400.000,00	R\$ 447.491,61	112%



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTENO
2º SEMESTRE 2023

Contribuição patronal de servidor ativo - Cedido	R\$ 60.000,00	R\$ 32.979,78	55%
Contribuição patronal de servidor ativo - Auxílio doença	R\$ 1.000,00	R\$ 0,00	0%
Contribuição patronal oriunda de processos judiciais	R\$ 0,00	R\$ 3.844,65	-
CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS - Principal	R\$ 4.329.000,00	R\$ 4.329.816,60	100%
CPSSS Patronal - Parcelamentos - Servidor Civil Ativo - Intra OFSS -	R\$ 1.300.000,00	R\$ 1.973.340,97	152%
Convênio SMRH 001/2020	R\$ 586.000,00	R\$ 724.664,77	124%
Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Principal	R\$ 1.382.000,00	R\$ 1.382.348,76	100%
Restituição de Benefícios de Aposentadorias - Atualização	R\$ 140.000,00	R\$ 346.581,44	248%
Aportes Periódicos para Amort. de Déficit Atuarial do RPPS - Intra OFSS -	R\$ 79.900.000,00	R\$ 78.269.529,11	98%
Aportes Periódicos para Amort. de Déficit Atuarial do RPPS - Intra OFSS -	R\$ 1.630.000,00	R\$ 1.626.115,80	100%
TOTAL	R\$ 289.460.000,00	R\$ 318.874.649,20	110%

Meta cumprida.

8.11. EXECUÇÃO DE DESPESAS EM ÍNDICE INFERIOR A 110% DA FIXADA NA LOA

Lei 4.188/2022 (LOA) DESPESAS	Orçado	Realizado	%
TOTAL	R\$ 289.460.000,00	R\$ 233.803.852,13	81%
Programa: 0121 - Gestão e Manutenção do Instituto de Previdência	R\$ 8.850.000,00	R\$ 6.435.886,16	73%
Ação: 2.002 - Folha de Pagamento de Pessoal Ativo	R\$ 6.885.000,00	R\$ 5.191.260,21	75%
Ação: 2.003 - Aquisições e Contratações para Manutenção de Atividades e Serviços	R\$ 1.800.000,00	R\$ 1.188.655,10	66%
Ação: 2.004 - Consumo de Água/Esgoto, Energia Elétrica e Telefonia	R\$ 90.000,00	R\$ 48.024,55	53%
Ação: 2.005 - Despesas sob Regime de Adiantamento	R\$ 45.000,00	R\$ 7.397,30	16%
Ação: 2.100 - Formação e Capacitação de Servidores	R\$ 30.000,00	R\$ 549,00	2%
Programa: 0122 - Construção de Sede para o PauliPrev	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	0%
Ação: 1.066 - Construção de Sede para o PauliPrev	R\$ 150.000,00	R\$ 0,00	0%
Programa: 0123 - Pagamento de Benefícios Previdenciários	R\$ 230.020.000,00	R\$ 226.934.743,55	99%
Ação: 2.133 - Manutenção dos Benefícios Previdenciários e Assistenciais	R\$ 230.020.000,00	R\$ 226.934.743,55	99%
Programa: 0124 - Pagamento de Obrigações - Benefícios Previdenciários	R\$ 700.000,00	R\$ 432.232,45	62%
Ação: 2.134 - Sentenças Judiciais	R\$ 500.000,00	R\$ 248.345,13	50%
Ação: 2.135 - Compensação Previdenciária entre o RPPS e o RGPS	R\$ 100.000,00	R\$ 31.142,56	31%
Ação: 2.136 - Restituições Judiciais - Intra OFSS	R\$ 100.000,00	R\$ 152.744,76	153%
Programa: 0119 - Contribuições Sociais a Pagar	R\$ 10.000.000,00	R\$ 989,97	0%
Ação: 0.013 - Recolhimento de Contribuição Social - PASEP	R\$ 10.000.000,00	R\$ 989,97	0%
Programa: 0999 - Reserva de Contingência	R\$ 39.740.000,00	R\$ 150.000,00	0%
Ação: 9.999 - Reserva de Contingência	R\$ 39.740.000,00	R\$ 150.000,00	0%

Meta cumprida.

8.12. IMOBILIZAR 100% DOS BENS PERMANENTES ADQUIRIDOS

Em 2023, houve uma única aquisição de material permanente, devidamente imobilizado.

Item adquirido em 2023	Valor de aquisição	Nº Patrimônio
HD EXTERNO 2TB USB 3.0 SEAGATE EXPANSION	R\$ 540,00	5020

Meta cumprida.



8.13. ENVIAR, NO MÍNIMO, 60 NOVOS REQUERIMENTOS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA AO COMPREV ✓

	dez/22	dez/23
Processos em compensação	477	478
RGPS	475	473
Hortolândia	2	2
Estado de São Paulo	0	1
Cidade de São Paulo	0	2
Processos aguardando análise	390	709
RGPS	349	623
Estado de SP	33	66
Campinas	5	8
Sumaré	1	1
Ministério da Defesa	1	1
Minas Gerais	1	3
Alagoas	0	1
Guaxupé	0	1
Indaiatuba	0	1
São Paulo (Capital)	0	0
Minist Cienc Tec.Inov.Comunic	0	1
Mato Grosso do Sul	0	1
Sorocaba	0	1
Senges	0	1

Conforme se observa, ao fim de 2023, havia 319 novos requerimentos aguardando análise.
Meta cumprida.

8.14. REALIZAR BACKUP DAS INFORMAÇÕES E ARQUIVOS DO INSTITUTO ✓

São realizadas cópias dos arquivos da rede para HDs externos e para nuvem, conforme contrato de backup nº 10/2020, vigente até 29/01/2025.

Meta cumprida.

8.15. VARIAÇÃO DAS DESPESAS JUDICIAIS INFERIOR A 25% DO PREVISTO NA LOA ✗

As despesas com precatórios e requisições de pequeno valor representaram 50% do previsto no orçamento, variação superior à meta de 25%. Meta não cumprida.

Lei 4.188/2022 (LOA)	Orçado	Realizado	%
Ação: 2.134 - Sentenças Judiciais	R\$ 500.000,00	R\$ 248.345,13	50%

Meta não cumprida.



CONTROLADORIA INTERNA
RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO
2º SEMESTRE 2023

8.16. PRAZO DE 90 DIAS PARA PROCESSOS DE APOSENTADORIA, PENSÃO E ABONO PERMANÊNCIA; PRAZO 30 DIAS PARA OS DEMAIS ATENDIMENTOS ✓

Serviço	Quant. de protocolos	Quant. fora do prazo	Prazo médio (dias)
Aposentadoria	203	0	47
Juntada de documentos	166	0	1
Simulação	162	0	13
Certidão	125	0	15
Desarquivamento de aposentadoria	91	0	49
Cópia de processo	77	0	14
Isenção de IR	44	0	26
Abono permanência	18	0	19
Pensão	15	0	52
Desentranhamento de documentos	12	0	7
Outros	10	0	28
Revisão de aposentadoria	9	0	34
Atualização cadastral	2	0	1
TOTAL	934	0	24

Meta cumprida.

8.17. ATENDER ÀS DETERMINAÇÕES LEGAIS E DO PRÓ-GESTÃO REFERENTES À TRANSPARÊNCIA ✓

Requisitos de transparência Pró-Gestão referente ao site do Pauliprev	Situação
Regimentos internos e atas dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).	atendido
Certidões negativas de tributos: Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão de Regularidade do FGTS.	atendido
Certificado de Regularidade Previdenciária e link para acesso, no endereço eletrônico da Previdência Social na Internet, ao Extrato Previdenciário e aos demonstrativos obrigatórios previstos no art. 241, III, IV e V, da Portaria MTP nº 1.467/2022.	atendido
Relatório de Governança Corporativa.	atendido
Cronograma de ações de educação previdenciária.	atendido
Cronograma das reuniões dos órgãos colegiados (Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Comitê de Investimentos).	atendido
Código de Ética.	atendido
Demonstrações financeiras e contábeis (periodicidade trimestral).	atendido
Avaliação atuarial anual.	atendido
Informações relativas a procedimentos licitatórios e contratos administrativos.	atendido
Plano de Ação Anual.	atendido
Política de Investimentos.	atendido
Relatórios de Controle Interno (periodicidade semestral).	atendido
Relação das entidades escolhidas para receber investimentos, por meio de credenciamento.	atendido
Relatórios mensais e anuais de investimentos.	atendido
Acórdãos das decisões do Tribunal de Contas sobre as contas anuais do RPPS e o Parecer Prévio das contas de governo, caso o Órgão de Controle Externo emita os dois.	atendido



9. OUTRAS ATIVIDADES

9.1. REQUISIÇÕES TCE-SP

Durante o exercício 2023, foram respondidos ao TCE-SP 185 itens de questionamentos, recebidos por meio de 7 requisições formais e 13 e-mails com pedidos adicionais, todos relativos às contas do exercício de 2022.

Em todas elas houve, por parte desta controladoria interna, a compilação das informações pertinentes, a elaboração de respostas prévias, para posterior revisão e complementação do Diretor-Presidente, a digitalização do material final e o encaminhamento a Corte de Contas, no formato solicitado.

Ademais, em relação ao relatório final da fiscalização do TCE, coube também à controladoria interna elaborar as justificativas e explicações preliminares, item a item, dos referidos apontamentos e ocorrências, para posterior revisão e complementação por parte do Diretor-Presidente. Isso porque a procuradoria jurídica da autarquia, a quem normalmente compete responder ao referido relatório da fiscalização, passava por dificuldades, com grande volume de processos judiciais e afastamento temporário de um de seus procuradores.

Cabe ressaltar que tais atividades se estenderam por todo exercício, com o primeiro pedido do TCE-SP sendo realizado em 25/01/2023 e o último em 09/11/2023, *consumindo relevante tempo de atuação do controle interno*.

9.2. PARECERES E CÁLCULOS

No exercício de 2023, foram expedidos 95 pareceres de controle interno, envolvendo processos de suprimimento de fundos, licitação, dispensa de licitação, aditamento de contrato, plano de contratação anual, manual da recepção Pauliprev e a C.I. nº 22/2023 da procuradoria jurídica.

Além disso, foram realizados 31 cálculos envolvendo os efeitos das Leis Complementares municipais nº 65 e 66/2017 em proventos de aposentadoria, e 17 cálculos de reenquadramento de aposentadoria após decisão judicial acerca do direito à progressão funcional de beneficiários do Pauliprev.



CONCLUSÃO

Observado o plano de auditoria para o exercício e demais solicitações da diretoria executiva, esta controladoria interna, na conclusão de seus trabalhos, remete o leitor às ocorrências descritas no resumo à diretoria executiva, tópico inicial deste relatório.

É o relatório.

À consideração superior.

Paulínia, 19 de março de 2023

Amadeu Carminati Neto
Controlador Interno

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Reserva administrativa

0	-R\$ 2.388.039,96
1	-R\$ 283.507,17
2	-R\$ 142.868,90
3	-R\$ 264.784,81
4	-R\$ 543.819,58
5	-R\$ 298.538,74
6	-R\$ 296.619,93
7	-R\$ 388.168,65
8	-R\$ 318.485,37
9	-R\$ 281.295,25
10	-R\$ 317.500,97
11	-R\$ 271.055,87
12	R\$ 6.397.043,11
MWRR	1,17% a.m.
	14,99% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Variação
jan/23	R\$ 2.388.039,96	R\$ 283.507,17	R\$ 2.701.337,87	1,25%
fev/23	R\$ 2.701.337,87	R\$ 142.868,90	R\$ 2.868.640,84	0,90%
mar/23	R\$ 2.868.640,84	R\$ 264.784,81	R\$ 3.171.011,64	1,31%
abr/23	R\$ 3.171.011,64	R\$ 543.819,58	R\$ 3.748.324,30	1,06%
mai/23	R\$ 3.748.324,30	R\$ 298.538,74	R\$ 4.097.713,22	1,36%
jun/23	R\$ 4.097.713,22	R\$ 296.619,93	R\$ 4.447.254,32	1,29%
jul/23	R\$ 4.447.254,32	R\$ 388.168,65	R\$ 4.892.053,71	1,27%
ago/23	R\$ 4.892.053,71	R\$ 318.485,37	R\$ 5.282.451,96	1,47%
set/23	R\$ 5.282.451,96	R\$ 281.295,25	R\$ 5.623.240,05	1,13%
out/23	R\$ 5.623.240,05	R\$ 317.500,97	R\$ 6.002.574,14	1,10%
nov/23	R\$ 6.002.574,14	R\$ 271.055,87	R\$ 6.334.886,74	1,02%
dez/23	R\$ 6.334.886,74	R\$ 98.225,02	R\$ 6.495.268,13	0,98%
			Volatilidade	0,17%
			Índice Sharpe	10,12
			Retorno exigido	13,52%

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Fundo de zeragem previdenciária (conta corrente previdenciária)¹⁶

0	-R\$ 19.033.694,53
1	-R\$ 9.247.862,35
2	R\$ 13.784.039,61
3	-R\$ 25.665.589,09
4	R\$ 15.879.013,22
5	-R\$ 8.942.524,99
6	R\$ 14.310.490,45
7	-R\$ 8.987.869,28
8	R\$ 14.197.978,26
9	-R\$ 30.283.183,43
10	R\$ 15.279.796,86
11	-R\$ 10.386.101,57
12	R\$ 15.687.589,11
13	-R\$ 10.474.748,89
14	R\$ 15.801.959,97
15	-R\$ 24.769.172,78
16	R\$ 13.497.993,86
17	-R\$ 10.363.509,03
18	R\$ 22.159.617,27
19	-R\$ 10.332.749,86
20	R\$ 16.093.142,52
21	-R\$ 10.317.798,61
22	R\$ 16.265.597,83
23	-R\$ 16.734.541,13
24	R\$ 26.264.129,42
MWRR	1,10% a.m.
	14,06% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Varição
jan/23	R\$ 19.033.694,53	-R\$ 4.536.177,26	R\$ 14.756.145,22	1,36%
fev/23	R\$ 14.756.145,22	R\$ 9.786.575,87	R\$ 24.726.457,91	1,25%
mar/23	R\$ 24.726.457,91	-R\$ 5.373.361,25	R\$ 19.696.405,75	1,39%
abr/23	R\$ 19.696.405,75	-R\$ 5.210.108,99	R\$ 14.711.540,53	1,14%
mai/23	R\$ 14.711.540,53	R\$ 15.003.386,57	R\$ 30.100.320,81	2,62%
jun/23	R\$ 30.100.320,81	-R\$ 5.302.437,54	R\$ 25.224.924,04	1,42%
jul/23	R\$ 25.224.924,04	-R\$ 5.405.411,08	R\$ 20.178.441,31	1,42%
ago/23	R\$ 20.178.441,31	R\$ 11.271.178,92	R\$ 31.914.350,06	2,30%
set/23	R\$ 31.914.350,06	-R\$ 11.796.108,24	R\$ 20.504.887,58	1,21%
out/23	R\$ 20.504.887,58	-R\$ 5.760.392,66	R\$ 15.010.784,61	1,30%
nov/23	R\$ 15.010.784,61	-R\$ 5.947.799,22	R\$ 9.267.569,10	1,36%
dez/23	R\$ 9.267.569,10	R\$ 12.417.434,28	R\$ 21.946.022,57	2,82%
			Volatilidade	0,59%
			Índice Sharpe	1,38
			Retorno exigido	14,17%

¹⁶ Em razão de as entradas (repasses) ocorrerem no início do mês (até o 5º dia útil) e as saídas (pagamentos de aposentadoria e pensão) ocorrerem somente no final do mês, utilizou-se 24 fluxos quinzenais, com vistas a tornar o cálculo mais rigoroso.

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Fundo destinado a receber os aportes para o déficit atuarial

0	-R\$ 24.313.201,48
1	-R\$ 5.450.736,36
2	-R\$ 9.883.508,82
3	-R\$ 6.755.399,90
4	-R\$ 6.755.399,90
5	-R\$ 6.755.399,90
6	-R\$ 6.755.399,90
7	-R\$ 6.755.399,90
8	-R\$ 9.960.187,96
9	-R\$ 6.755.399,90
10	-R\$ 6.755.399,90
11	-R\$ 7.832.688,44
12	R\$ 113.516.798,67
MWRR	1,09% a.m.
	13,93% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Varição
jan/23	R\$ 24.313.201,48	R\$ 5.450.736,36	R\$ 30.084.018,33	1,32%
fev/23	R\$ 30.084.018,33	R\$ 9.883.508,82	R\$ 40.280.985,56	1,04%
mar/23	R\$ 40.280.985,56	R\$ 6.755.399,90	R\$ 47.565.413,04	1,31%
abr/23	R\$ 47.565.413,04	R\$ 6.755.399,90	R\$ 54.785.801,97	0,98%
mai/23	R\$ 54.785.801,97	R\$ 6.755.399,90	R\$ 62.232.122,84	1,26%
jun/23	R\$ 62.232.122,84	R\$ 6.755.399,90	R\$ 69.723.707,24	1,18%
jul/23	R\$ 69.723.707,24	R\$ 6.755.399,90	R\$ 77.276.367,33	1,14%
ago/23	R\$ 77.276.367,33	R\$ 9.960.187,96	R\$ 88.208.607,12	1,26%
set/23	R\$ 88.208.607,12	R\$ 6.755.399,90	R\$ 95.871.844,17	1,03%
out/23	R\$ 95.871.844,17	R\$ 6.755.399,90	R\$ 103.625.316,30	1,04%
nov/23	R\$ 103.625.316,30	R\$ 7.832.688,44	R\$ 112.456.595,76	0,96%
dez/23	R\$ 112.456.595,76	R\$ 6.890.909,55	R\$ 120.407.708,22	0,94%
			Volatilidade	0,14%
			Índice Sharpe	4,86
			Retorno exigido	13,47%

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Carteira NTN-B

0	-R\$ 823.351.048,25
1	R\$ 0,00
2	R\$ 19.682.180,47
3	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00
5	R\$ 41.195.102,93
6	R\$ 0,00
7	R\$ 0,00
8	R\$ 20.164.648,52
9	R\$ 0,00
10	R\$ 0,00
11	R\$ 3.062.218,70
12	R\$ 821.247.198,77
MWRR	0,84% a.m.
	10,56% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Varição
jan/23	R\$ 823.351.048,25	R\$ 0,00	R\$ 832.951.410,79	1,17%
fev/23	R\$ 832.951.410,79	-R\$ 19.682.180,47	R\$ 821.164.287,01	0,95%
mar/23	R\$ 821.164.287,01	R\$ 0,00	R\$ 833.157.833,38	1,46%
abr/23	R\$ 833.157.833,38	R\$ 0,00	R\$ 840.820.096,58	0,92%
mai/23	R\$ 840.820.096,58	-R\$ 41.195.102,93	R\$ 808.291.371,07	1,03%
jun/23	R\$ 808.291.371,07	R\$ 0,00	R\$ 811.840.944,00	0,44%
jul/23	R\$ 811.840.944,00	R\$ 0,00	R\$ 815.524.230,42	0,45%
ago/23	R\$ 815.524.230,42	-R\$ 20.164.648,52	R\$ 801.138.745,65	0,71%
set/23	R\$ 801.138.745,65	R\$ 0,00	R\$ 806.574.836,57	0,68%
out/23	R\$ 806.574.836,57	R\$ 0,00	R\$ 812.119.010,19	0,69%
nov/23	R\$ 812.119.010,19	-R\$ 3.062.218,70	R\$ 814.549.135,74	0,68%
dez/23	R\$ 814.549.135,74	R\$ 0,00	R\$ 821.247.198,77	0,82%
			Volatilidade	0,29%
			Índice Sharpe	-9,17
			Retorno exigido	13,71%

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Fundos Renda Fixa

0	-R\$ 129.725.141,89
1	-R\$ 3.041.587,76
2	-R\$ 1.777.785,74
3	-R\$ 1.453.645,49
4	-R\$ 529.730,72
5	-R\$ 20.645.936,68
6	-R\$ 3.001.737,02
7	R\$ 0,00
8	-R\$ 3.394.217,99
9	R\$ 400.135,29
10	R\$ 503.802,11
11	-R\$ 1.878.883,05
12	R\$ 186.014.675,24
MWRR	1,12% a.m.
	14,35% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Variação
jan/23	R\$ 129.725.141,89	R\$ 3.041.587,76	R\$ 133.896.720,10	0,87%
fev/23	R\$ 133.896.720,10	R\$ 1.777.785,74	R\$ 137.018.721,36	1,00%
mar/23	R\$ 137.018.721,36	R\$ 1.453.645,49	R\$ 140.625.007,25	1,57%
abr/23	R\$ 140.625.007,25	R\$ 529.730,72	R\$ 142.592.950,06	1,02%
mai/23	R\$ 142.592.950,06	R\$ 20.645.936,68	R\$ 166.102.500,97	2,01%
jun/23	R\$ 166.102.500,97	R\$ 3.001.737,02	R\$ 172.505.358,47	2,05%
jul/23	R\$ 172.505.358,47	R\$ 0,00	R\$ 174.412.707,40	1,11%
ago/23	R\$ 174.412.707,40	R\$ 3.394.217,99	R\$ 179.067.867,90	0,72%
set/23	R\$ 179.067.867,90	-R\$ 400.135,29	R\$ 179.480.259,13	0,45%
out/23	R\$ 179.480.259,13	-R\$ 503.802,11	R\$ 179.656.716,85	0,38%
nov/23	R\$ 179.656.716,85	R\$ 1.878.883,05	R\$ 184.208.096,60	1,49%
dez/23	R\$ 184.208.096,60	-R\$ 24.821.038,44	R\$ 161.193.636,80	0,98%
			Volatilidade	0,54%
			Índice Sharpe	2,03
			Retorno exigido	14,10%

ANEXO
MEMÓRIAS DE CÁLCULO

Fundos Renda Variável

0	-R\$ 274.550.319,47
1	R\$ 0,00
2	R\$ 0,00
3	R\$ 0,00
4	R\$ 0,00
5	R\$ 0,00
6	R\$ 0,00
7	R\$ 0,00
8	R\$ 0,00
9	R\$ 0,00
10	R\$ 0,00
11	R\$ 0,00
12	R\$ 320.254.290,01
MWRR	1,29% a.m.
	16,65% a.a.

	Saldo inicial	Aporte	Saldo Final	Varição
jan/23	R\$ 274.550.319,47	R\$ 0,00	R\$ 283.850.684,79	3,39%
fev/23	R\$ 283.850.684,79	R\$ 0,00	R\$ 262.419.048,68	-7,55%
mar/23	R\$ 262.419.048,68	R\$ 0,00	R\$ 251.850.202,29	-4,03%
abr/23	R\$ 251.850.202,29	R\$ 0,00	R\$ 254.431.905,92	1,03%
mai/23	R\$ 254.431.905,92	R\$ 0,00	R\$ 263.163.052,91	3,43%
jun/23	R\$ 263.163.052,91	R\$ 0,00	R\$ 282.256.765,17	7,26%
jul/23	R\$ 282.256.765,17	R\$ 0,00	R\$ 291.059.608,08	3,12%
ago/23	R\$ 291.059.608,08	R\$ 0,00	R\$ 274.723.236,00	-5,61%
set/23	R\$ 274.723.236,00	R\$ 0,00	R\$ 274.084.971,31	-0,23%
out/23	R\$ 274.084.971,31	R\$ 0,00	R\$ 262.487.973,70	-4,23%
nov/23	R\$ 262.487.973,70	R\$ 0,00	R\$ 292.374.700,73	11,39%
dez/23	R\$ 292.374.700,73	-R\$ 10.000.000,00	R\$ 310.254.290,01	9,54%
			Volatilidade	6,06%
			Índice Sharpe	0,56
			Retorno exigido	22,71%